

HERDEIROS DE UMA VIDA INCONCLUSIVA

ANDREW OLIVEIRA DE OLIVEIRA¹; LETÍCIA LANGLOIS OLIVEIRA²

¹Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – andy4597@hotmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – leticiaproffurg@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Sempre me encantou o fato de que na morte nós deixamos de ser os protagonistas dos nossos corpos e passamos a ser incorporados por uma matéria maior e, até então, ininteligível a nós: o mistério do porvir quando, por excelência, deixamos de responder ao nosso entorno e, mesmo assim, os acontecimentos continuam sem a nossa interferência. Mesmo com toda a “nossa modernidade” nós ainda lutamos insistentemente contra uma grande guerra com a qual nós temos a presunção de acabar, guerra essa que podemos nomear como o derradeiro embate entre a humanidade e o seu fim anunciado desde a concepção. Também sempre me impressionou que mesmo a despeito de toda a nossa sabedoria, nós ainda assim não conseguimos despistar a morte, e a questão é: por que deveríamos fazer isso? Segundo Freud (2010) até mesmo as pulsões de vida, paradoxalmente, se alinham com a demarcação natural de estar em cumplicidade com a morte, uma reviravolta teórica que coloca em xeque aquilo que imaginamos como preservação e longevidade da espécie humana.

Entretanto, esses pormenores, mesmo encantadores, suscitam uma certa mansidão, retiram, possivelmente, do ser vivente certa suspeita com a maneira como ele é colocado no liame social. Nossas vidas têm sua viabilidade posta em prática dentro das medidas de reconhecimento produzidas pelas normas (BUTLER, 2022). Sendo assim, o caráter da nossa existência é dependente da repetição de um projeto desejante que tem suas bases lançadas pelo mundo social anterior a nossa condição imaginativa e simbólica, com as quais nos identificamos no devir de uma subjetividade alinhada com o seu tempo. Desejo é sempre desejo por reconhecimento (HEGEL, 2014). Dessa forma, a nossa persistência é dependente de, dentro de uma cena de enunciação, oferecer e receber essa reafirmação de um corpo possível referente ao outro. Caso não sejamos incluídos dentro dessa gramática as nossas possibilidades de interrogar um mesmo e próprio são nulas, mesmo que sempre ilusórias. Somos pronunciados em uma sintaxe em que o Eu nos limites da sua nomeação é barrado pelas normas ao ter seu corpo planejado pela força implícita delas, mesmo quando pelo fracasso das mesmas ele as ultrapassa na inteligibilidade do discurso ofertado por elas.

Nesse sentido, o presente trabalho procura provocar reflexões sobre o estatuto do corpo na contemporaneidade. Examinando como o mesmo é idealizado e arruinado na emergência do Eu a partir da perspectiva de que o poder do Estado, em acordo com os discursos de regulação, inscreve na carne do sujeito a sua viabilidade, suspendendo por ora a sua vida, tencionando-o à morte ao lhe conformar à zonas de não-existência *ex nihilo*. Para isso, elege-se as ambiguidades discursivas dos sujeitos acerca de aspectos como luto, vida, morte e amor, sendo eles imprescindíveis para a fundamentação do Eu e do Tu. A intenção não é apresentar respostas, tampouco soluções. Aqui não há a presunção de realizar tal feito, uma vez que o campo de aplicação no qual nos encontramos está em perpétua evolução por ter como objeto de estudo o sujeito, que mesmo diante da sua compulsão à repetição consegue subtrair

transgressivamente a alteridade simbólica, valendo-se, é claro, dos deslocamentos possíveis de uma sociabilidade que nos excede e precede.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa articula-se por meio de uma compreensão dialética (HEGEL, 2014) para coordenar seus intentos. Investe-se, também, ao longo do trabalho uma abordagem psicanalítica por encontrar nela a sensibilidade essencial para explorar o tema em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos sentimentos mais importantes na política segundo Butler (2019) é o luto, esse afeto delinea quem merece ser pranteado ou não. Qual vida vale o luto? O imaginário humano é infectado com uma agenda simbólica que define o legado dos aspectos sensíveis da civilidade. Como sentir-se pertencente quando sua permanência é interrogada continuamente, interrompendo a capacidade do Eu em relatar-se como sujeito? Ao ter isso deliberadamente negado, como pode a cena de reconhecimento acontecer se o Tu é compelido a foracluir o outro do quadro de existência?

O sistema dá como fato a emergência do corpo como efeito de fala, mas um fato por si mesmo não significa muito, ele geralmente é usado para contar histórias, inúmeras delas, com o intuito ideológico camuflado, convergindo, como sintoma, em um debate semântico sem frutos por desviar a atenção da maneira como a sujeidade emerge na contemporaneidade. A narrativa do Eu é referida dentro da própria linguagem, que estabelece os pronomes endereçados em um campo restritivo de se significar ao nível de uma heurística discursiva, pois o Eu sempre irá vacilar na sua dependência primária no Tu. Ainda assim, existe uma assimetria inaugural nesta dependência, o Eu se apercebe dela ao reconhecer que a sua visão nunca é apenas sua (LACAN, 1985). A maneira como toca e é tocado pelo outro transcende os limites que impregnam a sua consciência, entregue a uma conceitualização que falha em se relatar, em se conhecer (MERLEAU-PONTY, 2003).

Quando indivíduos ultrapassam as linhas de uma interdição comum a todos, o aparato legal se vê, nesses momentos, legitimado a transgredir o léxico que o mesmo implementa para coagir os sujeitos a um comportamento docilizado e expectante. Nesse sentido, faz do réu um espetáculo de perversão, seja pela sua conduta que o levou ao julgamento, ou pela incompatibilidade jurídica ao sancionar uma gramática operativa destituída de valor constitucional. Essa exercita a sua força ao decretar como sentença final um corpo como não-ser, indigno de penitência, inscrito pelo valor paradoxal da lei, reforçando a mesma violência intolerável, condenada por atribuição.

Dessa forma, nos fazemos fora de nós ao nos valermos de critérios de uma sociabilidade jamais nossa. Dependemos do início ao final de nossas vidas de alicerces que, ao excederem os limites do Eu, tornam-se indispensáveis para a nossa sobrevivência e entrada no domínio de persistência do ser, para, à vista disso, sermos seres possíveis (BUTLER, 2022). Somos produzidos e desproduzidos diante de uma legalidade de transformação humana, sempre renegociando com os sujeitos novas formas de significar a partir de um léxico habitado por um *conatus* político. Consequentemente, ao incorporar o outro, o Eu passa a se despossuir, por não ser capaz de reconhecer na trama desejante em que ponto o seu relato pertence apenas a si ou ao Tu a quem se refere. É uma

exigência fundamental para sair do registro imaginário, das imagens, para ingressar no registro simbólico, respectivo a linguagem (LACAN, 1998).

A vida sempre será uma grande aposta, um ato de fé, uma tentativa de mesmo na vulnerabilidade ter coragem para enfrentar o imprescindível. Se não for assim quem somos para pedir por mais? Posicionar-se assim é recolher-se em um existencialismo utópico ou ahistórico, ignorando as premissas de uma vida dada como possível, ou uma tentativa de, nas circunstâncias atuais, procurar, enquanto dissidentes que somos, possibilidades de atuação no caos? O tempo de nomeação é uma operação temporalmente falha, quando nascemos e é anunciada a nossa concepção enquanto ação, ela por si já é datada, quando anunciamos o momento de uma morte é necessária sua intercorrência prévia. O fenômeno humano é reconhecível em si apenas por meio do convite humanizador viabilizado pela linguagem, seja em sua fala ou performatização.

No entanto, falar sobre vida e morte não é, nesse entremeio, falar sobre o amor? Mesmo que amor por reconhecimento, ou uma tentativa de dentro dele pertencer ao outro? Como sobreviventes e herdeiros de um testemunho inconclusivo levamos à frente esses relatos concernentes à nossa humanidade, em uma tentativa de deixar que a força a nos movimentar seja a crença de encontrar no outro, no Eu e no Tu vestígios genuínos de honestidade e gentileza. Fazer da vida e da morte uma experiência a ser ansiada pela partilha proporcionada quando acreditamos no cuidado do amor. A linguagem não é capaz de apreender o agora, assim como não pode capturar a maneira como o amor circunscreve o Eu e o Tu. O amor sendo capaz de animar e de matar não faria dele o principal afeto a endereçar nossa vinculação social? Se avanço por meio de meias sentenças declarativas é pelo tema em questão ser emblemático e escorregadio.

Como negociar uma individualidade ao nível da identificação que nulifica o Eu ao presentificá-lo com o amor? Pareço estar acumulando proposições ao tropeçar sobre elas sem significá-las, mas falar do amor é jamais defini-lo como tema, problema ou questão a ser resolvida. Amor, antes, é uma força que humaniza a união entre iguais. Perde-se no outro sem jamais estabelecer os limites do aceitável. O amor é a produção de uma verdade que executa uma liberdade a dois (HEGEL, 2000). O amor precisa ser vivido para ser amor, contudo, jamais pode-se restringi-lo nas instâncias de sua definição enquanto amor (BUTLER, 2023).

4. CONCLUSÕES

Aqui não mais nos encontramos no campo hegeliano de que reconhecer o outro nos leva instintivamente ao conhecimento do Eu, um pronome incorporado tão cegamente enquanto categoria representativa e total de um ser amorfo. O jogo do singular é sempre praticado no campo das universalizações, o papel distintivo do Eu ao ser narrado é logo solapado pela substituíbilidade do “nós”. O reconhecimento de si é apropriado pelo contexto em que se faz tal enunciação — tal procura por identificação —, no cerne do Eu existe uma aliança com o Tu. Não apreendemos o outro totalmente, tão pouco é esperada a mesma capacidade dele perante a nossa silhueta, somos demasiadamente sintomáticos para atender ao chamado persistente e inconsciente do outro por reconhecimento. O corpo dele não é uma impressão examinada primariamente por nosso olhar, passa despercebido que o “Tu” sustenta, também, um referencial involuntário para ele, pois é impelido sobre seu corpo a mesma contingência radicalizadora da alteridade que escreve os seus direitos como sujeito (BUTLER, 2015).

A norma estabelece e limita as possibilidades de sentidos que são socializados pela interpelação ideológica. A irreducibilidade da história sobre nossas carnes atesta um direito ao esquecimento, ele é um privilégio, ainda mais quando nos voltamos à cena enunciativa onde tentamos narrar as nuances de um corpo que não pode falar. Ademais, de um corpo que mesmo ao se pronunciar se perde nas elocuições gramaticais de uma postura dita “ética”. Não existe negociação para o que deveria ser “humanamente reconhecível”. Não se fala fora da estrutura que governa os corpos reduzidos ao anonimato, implicitamente foracuídos de suas condições de contar suas histórias cuja recordação é privada do corpo despossuído de palavras referentes à sua vida limítrofe. Dentro da esfera pública o sujeito é fadado para o fracasso, sua corporalidade é inespecífica, seguindo um curso ficcional de si. O referencial humano é discernido pelos parâmetros atribuídos pela operação do poder, ao humanizar ou desumanizar certos corpos. Atinge-se o estatuto de “Eu” como exterioridade no encontro com o outro, estreitando dialeticamente o paradoxo de quadros antropológicos que tem como fim a incerteza reflexiva de ser a diferença, o empuxo inicial para delimitar o Eu e o Tu numa exposição inconclusiva daquilo que é ou não reconhecível pela interrupção constitutiva. Que ao colocar o corpo em movimento o deixa afetado por uma perspectiva exterior e interior de saber na sua concepção histórica um referencial sempre parcial, submetido às leis de uma ontologia precedente, precipitando as possibilidades de resistência e sobrevivência a serem apreendidas.

Talvez estejamos cada vez mais próximos de uma geração de vaga-lumes. Pertence-se, em princípio, a descontinuidade, um nome limite para uma gramática ontológica, sempre além, sempre aquém, sem referência à semântica do Tu e do Eu.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, J. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. 452p.
- BUTLER, J. **Os sentidos do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 256p.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 200p.
- BUTLER, J. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 192p.
- FREUD, S. Além do Princípio do Prazer [1920]. In: FREUD, S. **Obras Completas Volume 14**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 432p.
- HEGEL, G. O Amor. In: HEGEL, G. **Curso de Estética: Volume II**. São Paulo: EDUSP, 2000. 360p.
- HEGEL, G. **Fenomenologia do Espírito**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, 552p.
- LACAN, J. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais na psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985. 280p.
- LACAN, J. O estádio do Espelho. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998. 944p.
- MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 280p.